## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA GERAL – SEG

**Processo n.:** @PPA 18/00806288

Assunto: Ato de Concessão de Pensão e Auxílio Especial em nome de Cacilda Thereza da Nova Alves

Responsável: Roberto Teixeira Faustino da Silva

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV

Unidade Técnica: DAP Decisão n.: 550/2020

**O TRIBUNAL PLENO**, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide:

- 1. Denegar o registro, nos termos do art. 34, II, c/c o art. 36, § 2°, 'b', da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, do ato de concessão de pensão por morte em favor de Cacilda Thereza da Nova Alves, em decorrência do óbito de Iran Domingues Pizzolatti Alves, servidor inativo da Secretaria de Estado da Saúde, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção da Saúde, matrícula n. 33009401, CPF n. 003.165.129-15, consubstanciado na Portaria n. 3112/IPREV, de 24/08/2018, em razão das seguintes irregularidades:
- 1.1. Ingresso do servidor instituidor no cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde sem concurso público, por meio de transposição de cargo, contrariando orientação do Supremo Tribunal Federal e em violação ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal;
- 1.2. Agrupamento na mesma carreira/cargo de funções que indicam graus extremamente desiguais de responsabilidade e complexidade de atuação, contrariando o inciso II do art. 37 e § 1º, I, do art. 39 da Constituição Federal.
- 2. Ressalvar a prejudicialidade do art. 41, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, haja vista que restaram cumpridos os requisitos constitucionais para a concessão da pensão, muito embora a alteração na denominação do cargo do servidor falecido levou à conclusão pela denegação do registro.
- 3. Alertar o Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV que a denegação do registro repercutirá na ausência de compensação previdenciária, se havia contribuição para o regime de origem.
  - 4. Dar ciência desta Decisão ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV.

**Ata n.:** 15/2020

Data da sessão n.: 01/07/2020 - Ordinária - Virtual

**Especificação do quórum:** Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes, Luiz Eduardo Cherem e José Nei Alberton Ascari

Representante do Ministério Público de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Presidente

CLEBER MUNIZ GAVI Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC

Processo n.: @PPA 18/00806288 Decisão n.: 550/2020 1